



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Registro: 2014.0000424091

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 3001085-09.2013.8.26.0262, da Comarca de Itapeva, em que é apelante MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A, são apelados VILMA DE JESUS SILVA (JUSTIÇA GRATUITA) e FRANCIELE PEREIRA DA SILVA.

ACORDAM, em 31<sup>a</sup> Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmo. Desembargadores FRANCISCO CASCONI (Presidente), PAULO AYROSA E ANTONIO RIGOLIN.

São Paulo, 22 de julho de 2014.

FRANCISCO CASCONI  
RELATOR  
Assinatura Eletrônica



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

APELAÇÃO COM REVISÃO Nº 3001085-09.2013.8.26.0262  
31ª Câmara de Direito Privado  
COMARCA: ITAPEVA  
APELANTE: MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A  
APELADAS: VILMA DE JESUS SILVA E OUTRA  
Juiz 1ª Inst.: Fábio Bernardes de Oliveira Filho

VOTO Nº 27.630

RESPONSABILIDADE CIVIL - ACIDENTE DE TRÂNSITO - SEGURO OBRIGATÓRIO – MORTE – PRESCRIÇÃO – OCORRÊNCIA - PRAZO DE TRÊS ANOS - INTELI GÊNCIA DO ART. 206, § 3º, I X, DO CÓDIGO CIVIL – SÚMULA Nº 405 DO STJ – AUSÊNCIA DE PROVA IDÔNEA DE PROTOCOLO DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO – INEXISTÊNCIA DE SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL, NOS TERMOS DA SÚMULA 229 DO C. STJ - RECURSO PROVIDO.

FB/U

Apelação interposta contra r. sentença de fls. 84/90, cujo relatório adoto, que julgou procedente ação de cobrança de seguro obrigatório, condenada a ré ao pagamento de indenização no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), corrigido monetariamente e acrescido de juros legais de mora, ambos a contar da citação, além das custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação.

Recorre a vencida em busca de reforma. Reitera a ocorrência da prescrição, tendo em vista que o pedido administrativo foi realizado em data posterior ao prazo final de propositura da ação.

Recurso regularmente processado e contrariado.

É o breve relatório.

A inconformidade merece prosperar.

No que diz respeito à prescrição, forçoso reconhecer que o extrato de consulta gerado pelo sistema MEGADATA de informações (fls. 54 e 62), de responsabilidade da FENASEG, consiste em prova idônea de que o requerimento administrativo foi apresentado pelas promoventes quando já consumada a prescrição (07/02/2013), pois ultrapassados mais de 3 (três) anos desde o acidente (21/01/2010 fls. 16).

*In casu*, inexistente dúvida da adoção do prazo trienal com a edição da Súmula 405 do C. STJ que determinou a incidência da regra especial de prescrição prevista no artigo 206, § 3º, inciso IX, do Código Civil de 2002.

Também, assente que, em tema prescricional, vigora o princípio da *actio nata*, segundo o qual só se inicia a contagem da prescrição quando a pretensão passa a ser exercitável. No caso vertente, de solar evidência que referido prazo aplicável à espécie foi o óbito do cônjuge da autora (21/01/2010).

Desta feita, uma vez que o requerimento foi apresentado apenas quando já esgotado o prazo prescricional, não há falar em suspensão, nos termos da Súmula 229 do C. STJ, *verbis*:

*“O pedido de pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão”.*

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Por sua vez, o documento acostado a fls. 115 pelas autoras não tem o condão de demonstrar a suspensão do prazo prescricional diante da apresentação de requerimento coincidentemente no último dia, pois informação trazida no canto inferior direito representa a data de impressão do documento (dia do calendário registrado no computador) e não do protocolo do pedido administrativo como alegado.

De rigor, portanto, o reconhecimento da prescrição e a extinção do feito na forma do artigo 269, IV, do Código de Processo Civil, arcando as autoras com o pagamento das custas, despesas processuais e honorária que fixo em R\$ 1.000,00 (um mil reais), observada a gratuidade (fls.23).

Ante o exposto, dou provimento ao recurso.

FRANCISCO CASCONI  
Relator